

Com a queda das taxas de juros no mercado doméstico, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) estão aumentando a busca por ativos alternativos que vão além das classes tradicionais da Renda fixa e Renda Variável. Algumas das opções que vêm chamando a atenção das fundações são os investimentos alternativos no Agronegócio, Private Debt, FIPs, Exterior, entre outros.

Na classe de ativos estrangeiros, as entidades fechadas já começam a demandar o aumento do limite máximo de 10% do patrimônio permitido pela Resolução CMN 4.661/2018. “A ampliação do limite de ativos no exterior é importante para a política de investimentos dos fundos. Em nosso caso, já estamos próximos do teto de 10% e gostaríamos de ir além disso para promover maior diversificação das diferentes opções de ativos no exterior”, diz Rogério Tatulli, Diretor da Previ-Ericsson. A entidade já possui cerca de 6% do patrimônio de seu plano de benefício definido (BD) aplicado no exterior ([leia mais](#) sobre investimentos no exterior).

O contexto para a busca de maior diversificação é a redução das taxas de juros dos ativos domésticos. “Não há mais títulos públicos que pagam as metas atuariais. Estamos buscando diversas alternativas como o agronegócio, ativos florestais, infraestrutura e outros. Uma nova classe que estamos estudando são os fundos de ouro”, revela Tatulli.

Nova alternativa - Uma das novas opções acessada pela Previ-Ericsson é a dos fundos de Private Debt. “Um vantagem do private debt é que está descorrelacionado do resto da carteira de renda fixa tradicional. É um ativo de longo prazo, bem consolidado, com retorno compatível”, explica Rogério Tatulli.

Margot Greenman, CEO da Captalys, asset especializada na área, comenta que o Private Debt é uma nova classe de ativos em crescimento no Brasil que trabalha com ativos de crédito ilíquidos que não são listados em nenhum mercado tradicional. “Os ativos não estão na Cetip ou na Bolsa. Por isso, não têm correlação com outros mercados, sendo assim, ajudam na composição e diversificação das carteiras dos investidores institucionais”, diz.

Como exemplos de ativos da carteira, a gestora cita os direitos creditórios, duplicatas e contratos, tendo as empresas (Pessoas Jurídicas) na contraparte. A gestora tem como foco atualmente a alocação em empresas PME, com ênfase no médio porte, de três setores da economia:saúde, imobiliário (real estate) e comércio varejista.

A carteira do fundo gerido pela asset possui uma alta pulverização de ativos e, por isso, apresenta redução da volatilidade para os investidores. “Nosso objetivo é produzir retornos atraentes para os nossos investidores e, ao mesmo tempo, apoiar o crescimento da economia, geração de emprego e bem estar econômico geral ao investir em soluções de financiamento para empresas”, explica Margot.

Fundos de Participações - Outros 10,27% do plano BD da Previ-Ericsson estão investidos em FIPs e Multimercados Macro - classe dos estruturados. A entidade investe atualmente em 18 FIPs de diversas áreas, como por exemplo, de florestas, agronegócio, infraestrutura, startups, venture capital, entre outros. Entre os gestores, estão o Pátria, Lacan, Timberland, entre outros.

A Abrapp vem defendendo a criação de um Manual de Boas Práticas para retomar os investimentos das EFPC em FIPs. “Os Fundos de Participações deveriam voltar ao radar das fundações. Acreditamos que a criação de um Manual de Boas Práticas para o setor seria uma proposta importante para a retomada das aplicações”, diz Devanir Silva, Superintendente Geral da Abrapp.

Ele explica que houve uma demonização dos FIPs nos últimos anos e que muitas entidades fechadas tiraram os limites para aplicação nessa classe em suas políticas de investimentos. Com a queda das taxas de juros, os fundos de participações se constituem em uma importante alternativa para a diversificação.

O Ministério da Economia também estuda alternativas para incentivar maior participação das EFPC no setor de infraestrutura - projetos de concessão e privatização. Dirigentes de entidades fechadas participaram de uma vídeo-conferência organizada pela Abrapp com representantes da Secretaria Especial do PPI no último dia 21 de fevereiro. O objetivo foi avaliar as possibilidades e o apetite das entidades em investir em projetos de infraestrutura.

Entidades como a Previ, Real Grandeza e Petros atualmente não possuem limite para entrar em novos FIPs. A Previ, por exemplo, tem 24 FIPs, que foram investidos nos últimos 10 anos. O Diretor de Investimentos, Marcelo Otávio Wagner, explica que o fator que limita a entrada em novos fundos desse tipo é a necessidade de liquidez do principal plano de 3 benefícios da entidade, o Plano 1. “O crucial é o passivo, estamos olhando tudo pela ótica da liquidez para o Plano 1, onde 95% dos participantes são assistidos”, diz o Diretor da Previ.

Fonte: Acontece Abrapp, em 04.03.2020.